

	<p><b>Estado de Mato Grosso</b> Assembleia Legislativa</p>	
<p><b>Despacho</b></p>	<p>NP: ijlnb8wr  <b>SECRETARIA DE SERVIÇOS LEGISLATIVOS</b>  04/06/2019  Requerimento nº 398/2019  Protocolo nº 4127/2019</p>	
<p><b>Autor:</b> Dep. João Batista</p>		

Nos termos do Art.38 da Constituição Estadual, combinado com o Art. 177 do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado de Mato Grosso, Requeiro à Mesa diretora que se officie à Exa. Sra. Secretária de Estado do Meio Ambiente – SEMA Mauren Lazzaretti, ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Infraestrutura e Logística – SINFRA Marcelo de Oliveira e Silva e ao Exmo. Sr. Secretário de Estado de Saúde - SES Gilberto Gomes de Figueiredo, requisitando-lhes as seguintes informações:

**1** – Lista dos municípios onde foi aferida nos últimos cinco anos a presença de agrotóxicos listados em Portaria do Ministério de Saúde com as respectivas quantidades e datas de realização das análises, ainda que não tenham ultrapassado os limites aceitáveis pela Portaria mencionada.

**2** – Quais as medidas a serem adotadas pelas Secretarias na hipótese de se identificar a presença de agrotóxicos na água acima do limite estabelecido em Anexo da **Portaria de Consolidação 5/2017 do Ministério da Saúde**.

## JUSTIFICATIVA

Diante de Matéria divulgada pela Repórter Brasil, Agência Pública e a Organização Suiça Públic Eye, de que a água consumida pela população do Estado de Mato Grosso está contaminada por pelo menos 27 (vinte e sete) agrotóxicos diferentes, faz-se necessária uma investigação das Secretarias de Estado com competência para assegurar a potabilidade da água à população do Estado e das empresas de saneamento, de modo a garantir que a população seja informada devidamente sobre a presença dessas substâncias na água e que as providências de eliminação delas estejam sendo tomadas.

Foi noticiado que em Mato Grosso a exposição ao agrotóxico é quase 10 (dez) vezes maior que a média nacional de 7,3 litros por pessoa e pode atingir até 67 litros , em cerca de 30 municípios.

O professor Wanderley Pignati, do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal de Mato Grosso, disse que “considera esse modelo econômico, de modelo químico dependente de fertilizante. Isso leva ao risco sanitário, alimentar e ambiental. É claro que Mato Grosso é campeão Nacional de soja, milho, algodão, mas também é campeão de consumo de agrotóxicos”, explica.

Os números revelam que a contaminação de água está aumentando a passos largos e constantes. Em 2014,

75% dos testes detectaram agrotóxicos. Subiu para 84% em 2015 e foi para 88% em 2016, chegando a 92% em 2017. Nesse ritmo, em alguns anos, pode ficar difícil encontrar água sem agrotóxicos nas torneiras do país.

Entre os agrotóxicos encontrados em mais de 80% dos testes, há cinco classificados como prováveis cancerígenos pela Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos, e seis apontados pela União Europeia como causadores de disfunções endócrinas. Do total de 27 pesticidas na água dos brasileiros, 21 estão proibidos na União Europeia devido aos riscos que oferecem à saúde e ao meio ambiente. A falta de monitoramento também é outro problema grave.

Temos evidências científicas que essa água contaminada continua sendo considerada potável, contudo, seu consumo contínuo gera efeitos mais graves, como câncer, problemas na tireóide, hormonal, ou neurológico, afirma Leonardo Megarejo, engenheiro de produção e membro da Campanha Nacional contra os Agrotóxicos e Pela Vida.

O trabalho preventivo, ou seja, evitar que os agrotóxicos cheguem aos mananciais deveria ser primordial porque o tratamento convencional não é capaz de remover os agrotóxicos da água.

O Ministério da Saúde diz que a Vigilância Sanitária dos municípios e dos Estados deve dar o alerta aos prestadores de serviços de abastecimento de água para que tomem as providências de melhoria no tratamento de água, buscando soluções à partir dos demais setores envolvidos como órgãos do meio ambiente, prestadores de serviço e produtores rurais.

Já o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Vegetal, representante dos produtores de agrotóxicos, fez uma defesa sobre a segurança dos pesticidas afirmando que a avaliação feita pela ANVISA, IBAMA e Ministério da Agricultura garante que eles são seguros ao trabalhador, população rural e meio ambiente, desde que os trabalhadores apliquem corretamente os mesmos, de acordo com os rótulos dos produtos.

Desde o início do ano o Ministério da Agricultura publicou novos registros para 152 agrotóxicos, uma velocidade record de 1,5 aprovações por dia. Dias depois o governo aprovou a comercialização de mais 31 agrotóxicos no Brasil.

Diante da gravidade dessa temática e do que significa para o presente e para o futuro da saúde da população e do meio – ambiente, conclamo meus Pares nessa casa de Leis que aprovem a presente proposição para que possamos, através das respostas desses questionamentos nos posicionarmos promovendo um amplo debate com a comunidade científica e com o governo buscando soluções para os graves problemas denunciados.

Plenário das Deliberações “Deputado Renê Barbour” em 29 de Maio de 2019

**João Batista**  
Deputado Estadual